

## Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano?

Rodrigo Straessli Pinto Franklin\*

**Resumo:** FHC é marxista ou weberiano? Ao analisar o debate sobre a teoria da dependência, encontramos-nos na confusa situação de ver nos textos datados de 1970 e 1980 a afirmação de que esse autor seria marxista, mas na literatura atual ele é claramente apontado como weberiano. O presente artigo busca esclarecer essa questão por meio da análise tanto dos argumentos recentes sobre sua aproximação à Weber quanto do método empregado em seus estudos. O resultado a que chegamos é que devemos reconhecer o marxismo como a principal base teórica desse autor.

**Palavras-chave:** Fernando Henrique Cardoso; teoria da dependência; metodologia; Karl Marx; Max Weber.

### *Would be Fernando Henrique Cardoso a Weberian?*

**Abstract:** *Is FHC a Marxist or a Weberian? Analyzing the debate about dependency theory, we find ourselves in the confused situation of seeing texts dating from 1970 and 1980 claiming this author as a Marxist, while in current literature he is clearly identified as a Weberian. This paper seeks to clarify this issue by analyzing the recent arguments regarding their proximity to Weber and the method used by him in his studies. The result we reached is that we must recognize the Marxism as the main theoretical basis of this author.*

**Key-words:** Fernando Henrique Cardoso; dependency theory; methodology; Karl Marx; Max Weber.

*Hoje, se disser que sou de esquerda, as pessoas não vão acreditar. Embora seja verdade. É verdade!*

Fernando Henrique Cardoso, 2014.

## 1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos, a concepção que rondava tanto a academia brasileira quanto os círculos intelectuais de língua não hispânica era a de que o maior expoente da vertente latino-americana da teoria da dependência seria Fernando Henrique Cardoso. Uma vez

---

\* Doutorando em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGE/UFRGS. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

que essa abordagem era considerada como vinculada à teoria do imperialismo – sobretudo em sua versão elaborada por Lênin –, Cardoso era visto como um autêntico representante do marxismo brasileiro.

Entretanto, a postura de Cardoso na presidência do Brasil deixou os marxistas em uma situação constrangedora. No governo da maior nação latino-americana, Cardoso – chamado pela mídia de FHC – acelerou o Programa Nacional de Desestatização, privatizando importantes parcelas do Estado e concedendo ao monopólio estrangeiro o domínio sobre setores estratégicos da indústria nacional. Ao mesmo tempo, defendeu a abertura comercial que levou à falência significativa parcela do capital produtivo brasileiro. Aproximou-se do capital financeiro internacional, obtendo vultosos empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a formação de reservas cambiais suficientes para manter a moeda nacional sobrevalorizada até sua reeleição. Ampliou a taxa de juros interna, tornando-a a mais elevada do mundo em termos reais.

Na área social, os resultados do governo FHC foram ainda mais constrangedores para os marxistas que tinham respeito por sua posição enquanto teórico: o salário mínimo real se manteve em patamar inferior ao período da ditadura militar, a pobreza e extrema pobreza mantiveram-se constantes durante todo o seu governo<sup>1</sup> e houve ampliação do desemprego<sup>2</sup>. Tais políticas contrariaram o processo de industrialização que dominou a nação até meados da década de 1980 e aprofundaram claramente a perspectiva dependente do capitalismo nacional. Além disso, iam ao encontro da pauta definida pelo Consenso de Washington. Não havia como negar, o Cardoso da década de 1990 era um neoliberal.

Sendo assim, a primeira reação de seus críticos foi difundir a hipótese de que Cardoso teria mudado de ideia. “Esqueçam o que escrevi”, essa frase se tornou famosa

---

<sup>1</sup> Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o percentual da população pobre e extremamente pobre no Brasil era de 35,08% e 15,19% em 1995 respectivamente. Para o ano de 2003 os valores são de 35,79% e 15,20%.

<sup>2</sup> De 6,7% em 1995 para 10,5% em 2003, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

por ter saído supostamente dos lábios de FHC<sup>3</sup>. A teoria da dependência poderia ser, então, absolvida da acusação de servir de base para um conjunto de políticas neoliberais, e Cardoso não passaria de um cínico ou de um marxista arrependido.

De todo modo, a ascensão de Cardoso à presidência reacendeu o interesse em sua obra, que inclui o acalorado debate entre ele e Ruy Mauro Marini, considerado hoje como o mais consagrado autor da teoria da dependência. A partir daí, essa releitura passou a trilhar dois caminhos: primeiro, surgiram aqueles que, em defesa de Marini, buscaram desqualificar Cardoso, expurgando-o das fileiras marxistas; segundo, apareceram aqueles que tentaram ver nas obras escritas nas décadas de 1960 e 70 o germe das políticas neoliberais implantadas por FHC<sup>4</sup>.

Dentro do primeiro desses caminhos, encontramos alguns autores que começaram a aventar a hipótese de que *Cardoso é e teria sido sempre um weberiano*. Tal conjectura é suportada atualmente por duas linhas distintas de argumentação. A primeira tem sua origem em Nildo Ouriques, e é a mais difundida entre os atuais teóricos da dependência. A segunda, levantada por Ivan Cotrim, possui argumentos mais sofisticados, mas pouca penetração na academia.

Diante disso, o objetivo do presente artigo é o de dirimir a dúvida: seria Cardoso um weberiano? Para responder essa questão, iniciaremos por analisar cada uma dessas duas hipóteses. Em seguida, buscaremos emitir um juízo definitivo sobre o assunto tendo em vista a opinião de outros autores, a posição Cardoso sobre si mesmo, assim como uma análise do método por ele empregado em seus trabalhos. Mas antes de iniciarmos essa tarefa, é importante fazer um alerta: não estamos apresentando aqui uma defesa seja da teoria de Cardoso ou das políticas de FHC, nosso intuito é apenas o de

---

<sup>3</sup> “Ah, não, essa eu nunca disse”, foi a resposta que Cardoso deu a Toledo (1998, p. 172) quando este o questionou sobre a autoria dessa frase. O então presidente ainda completou: “alguém achou que eu havia mudado de posição e que deveria ser criticado por isso, e então inventou essa frase. Quem? Não sei. Foi [no jornal] *Folha* [de S. Paulo]. O [Otávio] Frias [Filho, diretor de redação do jornal] gostou da frase – ele me disse que gostou. Ele disse que achava fantástico alguém dizer isso. Pode até ser, só que eu não disse. Nem penso assim. Isso derivou de um encontro em São Paulo, num restaurante, quando eu era ministro do Exterior. Havia vários empresários. [...] O Celso Lafer fez uma pergunta e eu disse: ‘Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai ser ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim’. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte contra mim”.

<sup>4</sup> Esse é o caso de Traspadini (1999) e Teixeira (2007).

evitar que o discurso científico perca a sua objetividade e se torna apenas peça de retórica em um embate ideológico.

## 2 A HIPÓTESE DE OURIQUES

A primeira hipótese sobre a raiz weberiana de Cardoso foi levantada por Nildo Domingos Ouriques em sua tese de doutorado, apresentada em 1995 à *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Nela, Marini vence o debate da teoria *marxista* da dependência devido a uma nova descoberta: seu principal contendor (*i.e.* Fernando Henrique Cardoso) nunca foi um marxista. Ouriques afirma:

*La respuesta metodológica de Cardoso será dada, como sabemos, en términos de un "método" que él llama "histórico-estructural" que no tiene relación alguna con el método marxista, [...] aproximándose mucho más a una visión historicista e incluso weberiana sobre la dependencia, particularmente cuando establece su tipología para analizar el fenómeno* (Ouriques, 1995, p. 66)<sup>5</sup>.

Mas, quais são as falhas de Cardoso que lhe rendem o “vergonhoso” rótulo de weberiano? Ouriques nos esclarece:

*Es evidente el peso de lo fenoménico en la construcción del método por ellos [Cardoso e Faletto] defendido y también el sesgo sociológico, presentado bajo el manto de la "dominación", a lo largo de su estudio. Y, naturalmente, caen por tierra todas las afirmaciones sobre el carácter necesariamente ambiguo o impreciso del concepto. La ambigüedad o confusión está en el método* (Ouriques, 1995, p. 75).

A inclinação sociológica de Cardoso e Faletto<sup>6</sup> os levariam a abordar “*la articulación entre lo nacional y mundial a través de un análisis de las clases y del estado en la periferia. En términos weberianos es lo que podríamos llamar la ‘valorización de la acción política’*” (Ouriques, 1995, p. 84). Por esses motivos, “[...] *la dependencia es un elemento que ahí [na obra de Cardoso e Faletto] aparece involucrada*

<sup>5</sup> Sobre esse método “histórico-estrutural”, Theotonio dos Santos viria a dizer que constituía em um dos pontos de concordância entre ele e Cardoso: “Eles [os pontos de concordância] se estendiam [*sic*] a outros problemas de maior interesse teórico como: [...] a importância de uma metodologia dialética, *histórico-estrutural*, que resgatasse a concretude dos processos sociais” (Santos, 1996, p. 4–5 grifo nosso). Portanto, se devêssemos considerar Cardoso um weberiano por adotar esse método, talvez Ouriques deveria estender essa alcunha também a Santos.

<sup>6</sup> Enzo Faletto foi um sociólogo chileno e coautor da principal obra que Cardoso escreveria sobre a dependência. Mesmo tendo sido um crítico das políticas de FHC, não foi poupado de ser arrastado para esse debate. No Chile, onde atuou na academia até seus últimos dias, Faletto e sua teoria da dependência continuam contando com o respeito dos grupos intelectuais progressistas. Cf. Yocelvezky (2004).

*en un cascarón weberiano en que lo importante son las situaciones de dependencia, o, el ‘análisis concreto’ de la dependencia”* (Ouriques, 1995, p. 96 grifos do autor).

Em síntese, Ouriques classificou o pensamento cardosiano como “weberiano” baseado em dois elementos: a valorização da dimensão política em detrimento da econômica; e o foco da análise em situações concretas, a partir das quais formularia sua tipologia.

A tese de Ouriques ganhou adeptos e, em 1998, Adrián Sotelo Valencia (também da UNAM) e Carlos Eduardo Martins publicaram um artigo no qual também classificavam a teoria da dependência de Cardoso e Faletto como weberiana. Os autores argumentam: “O weberianismo dependentista de Cardoso e Falleto [*sic*] se apresenta, muito claramente, no capítulo 2 de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que concentra as reflexões teórico-metodológicas dos autores” (Martins; Valencia, 1998, p. 418). Em seguida, citam o seguinte trecho do referido capítulo: “[...] De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe [...]” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 22)

Novamente, a tese está centrada na valorização do político diante do econômico. Martins continuou desenvolvendo tal perspectiva, e em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2003<sup>7</sup>, afirma:

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro da quais deveriam ser inseridas as relações de classes (Martins, 2011, p. 232).

A preponderância do político aparece no centro da “crítica”, enquanto que a “tipologia” de Cardoso e Faletto é identificada com o “tipo ideal” weberiano,

---

<sup>7</sup> A tese de Martins foi publicada na forma de livro em 2011, obra que citaremos aqui.

desenvolvendo o argumento de Ouriques que a “análise do concreto” é expressão de sua inadequação ao marxismo<sup>8</sup>.

Vale ainda ressaltar a argumentação de Marisa Silva Amaral que, além de citar Valencia e Martins, afirma:

Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso faz em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto (Amaral, 2006, p. 22, 2012, p. 33).

Em síntese, Amaral ainda acrescenta aos dois elementos indicados pelos outros autores a crítica ao economicismo direcionada aos demais dependentistas. Vejamos agora quais são os equívocos presentes nos argumentos desse grupo de autores.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a “análise de situações concretas” não é elemento incompatível com o marxismo, como crê Ouriques. Antes ao contrário: explicar o concreto é o fim último da teoria. Tanto é assim que esse tem sido o foco de muitos dos autores envolvidos com a teoria “marxista” da dependência<sup>9</sup>.

Segundo, a tipologia elaborada por Cardoso e Faletto não são equivalentes teóricos dos tipos ideais weberianos. Em Weber, esses são tipos puros, conceitos abstratos criados para explicar cada uma das várias dimensões de um mesmo fenômeno histórico, e que não existem isolados na realidade. Eles estão presentes em diferentes proporções na realidade concreta, de modo que esta pode estar mais próxima de um ou de outro desses tipos. Esclarece Weber (1978, p. 20, tradução própria):

[...] Por exemplo, um mesmo fenômeno histórico pode ter uma parte de aspecto feudal, outra patrimonial, outra burocrática, e ainda outra carismática. Com o intuito de dar um sentido preciso a esses termos, é necessário para o sociólogo formular tipos ideais puros de formas de ação correspondente que, em cada caso, implicam no mais alto grau de integração

<sup>8</sup> Entretanto, é preciso lembrar que Cardoso e Faletto não foram os únicos a elaborarem tipologias da dependência. Cf. Bambirra (2013).

<sup>9</sup> Como ressaltam, por exemplo, Prado e Castelo (2013, p. 17) ao tratar das recentes contribuições dos próprios Adrián Sotelo Valencia e Carlos Eduardo Martins. Carcanholo (2013, p. 201) também ressalta a importância dessa análise no resgate atual: “[...] o resgate feito hoje em dia da teoria marxista da dependência passa também, para o entendimento de situações concretas, pela recuperação de algumas [...] categorias [elaboradas por Marini] [...]”.

lógica em virtude de sua completa adequação em nível de sentido. Mas, precisamente por isso, é extremamente improvável que algum fenômeno real, correspondente exatamente a um desses tipos puros idealmente construídos, possa ser encontrado [...].

E ainda, exemplifica para o caso da teoria econômica:

[...] Os tipos ideais de ação social que [...] são usados na teoria econômica são [...] irrealis ou abstratos, a partir dos quais sempre pergunta que curso da ação aconteceria se ela fosse puramente racional e orientada somente para fins econômicos. Essa construção pode ser usada para auxiliar na compreensão da ação que não seja de determinação puramente econômica, mas que envolva desvios decorrentes de restrições tradicionais, afetivas, erros, e a intrusão de propósitos e considerações outras que não econômicas [...] (Weber, 1978, p. 21, tradução própria).

Já as tipologias de Cardoso e Faletto possuem existência na realidade concreta e não se misturam para explicar um mesmo fenômeno histórico. Para cada situação específica, os autores constroem uma categoria que se encaixa unicamente naquela realidade. Por exemplo, ao analisar o período de desenvolvimento econômico marcado pela “expansão para fora”, os autores dividem os países da América Latina em dois grupos: aqueles que mantiveram o “controle nacional do sistema produtivo” e as “economias de enclave”. Colocam no primeiro grupo países como Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia, enquanto que no segundo se encaixam México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru e os países da América Central.

Vemos, portanto, que os tipos de Cardoso e Faletto são características mutuamente excludentes, que não estão presentes em diferentes proporcionalidades em um mesmo fenômeno, como é o caso da tipologia weberiana. Ou uma economia é de enclave, ou preserva o controle nacional do sistema produtivo.

Em terceiro lugar, a analogia que Ouriques e demais fazem entre Cardoso e Weber não é suficiente para classificá-lo como weberiano. Mesmo se concordássemos com a tese de que há em seu pensamento uma preponderância do político sobre o econômico<sup>10</sup>, é preciso reconhecer que ela não representa elemento suficiente para classificar um pensador em tal escola do pensamento.

Não são todos os pensadores que sobrevalorizam a esfera política perante a econômica que se encaixam nessa vertente sociológica. Tal postura também pode ser

---

<sup>10</sup> Tese que será analisada com mais detalhes adiante.

observada em muitos autores idealistas – para os quais uma mudança na consciência e na organização política da sociedade precede e transforma sua organização econômica – , tais como Platão, Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel, todos esses anteriores a Weber.

Do mesmo modo, não é pelo fato de Weber ter criticado o economicismo em Marx que toda crítica da mesma natureza direcionada a um autor marxista torna seu formulador um weberiano. Autores como Antonio Gramsci, György Lukács, Edward Palmer Thompson e até mesmo o estruturalista Louis Althusser – todos inegáveis adeptos do marxismo – criticaram muitos dos marxistas de seu tempo por terem realizado leituras economicistas da obra de Marx.

Para que um autor seja considerado como um weberiano, é preciso que apresente uma série de outros elementos que não se observam no pensamento de Cardoso. Por exemplo, quando analisam a estrutura de dominação, Cardoso e Faletto voltam-se unicamente para estruturas sociais que possuem determinação econômica: as classes sociais. Mesmo quando analisam a burocracia estatal, subjugam-na à classe capitalista. Do ponto de vista weberiano, esses dois autores, ao darem demasiada importância à “luta de classes”, ignoram elementos fundamentais tais como os “estamentos” e os “partidos”<sup>11</sup>.

Outro exemplo, e de importância mais fundamental, refere-se ao individualismo metodológico. Em Weber, é a consciência individual que dá sentido à ação social, de modo que o interesse de uma coletividade não se superpõe aos dos sujeitos que a compõem. Explica:

[...] [As] coletividades devem ser tratadas unicamente como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, uma vez que apenas estes podem ser tratados como agentes no curso de uma ação subjetivamente compreensível [...] Para os propósitos sociológicos, não existe algo como uma personalidade coletiva que "age". Quando é feita referência, em um contexto sociológico, às [...] coletividades, está-se referindo na verdade a [...] apenas certo tipo de desenvolvimento de reais ou possíveis ações sociais de pessoas individuais [...] (Weber, 1978, p; 13-14, tradução própria).

<sup>11</sup> Como Weber (1982, p. 212) ressalta, “[...] ‘classes’, ‘estamentos’ e ‘partidos’ são fenômenos da distribuição do poder dentro de uma comunidade”.

Entretanto, para Cardoso, as motivações dos indivíduos se encontram subordinadas à posição que ocupam nos processos produtivos. Portanto, as motivações que buscam esclarecer não são de indivíduos, mas de classes.

Poderíamos listar uma série de elementos fundamentais para que Cardoso fosse considerado um weberiano, mas que não se fazem presentes em seu pensamento. Contudo, acreditamos já ter demonstrado a insuficiência de classificar o pensamento de um autor pautado em um único elemento. Tal argumento seria similar a uma tentativa de classificar Ruy Mauro Marini em uma espécie de teoria “keynesiana” da dependência pelo simples fato desse autor se preocupar com o problema da realização do produto, do mesmo modo que Keynes se preocupa com a insuficiência da demanda efetiva.

### 3 A HIPÓTESE DE COTRIM

Partindo de outra linha de análise, Ivan Cotrim, em sua dissertação de mestrado intitulada “O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso” e apresentada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2001, chega à mesma conclusão de Ouriques, embora como resultado de argumentação completamente distinta. O autor afirma que a base teórica para a construção da teoria da dependência de Cardoso seria Max Weber, e seria um equívoco a interpretação hegemônica de que ele se pautara na dialética de Karl Marx. Cotrim argumenta:

Não há dúvida de que Cardoso indique, no longo de sua produção, a utilização de conceitos tirados de *O Capital*, de maneira mais explícita, mas também se valha no conjunto analítico de referências conceituais de Marx e autores que se colocam como marxistas [...] (Cotrim, 2001, p. 310).

Por outro lado, a análise de Cardoso, que, como indicamos, tenta afirmar-se na utilização indiferenciada de “paradigmas” excludentes como Marx e Weber, resulta, na verdade, no uso e abuso das concepções weberianas de ação social determinada pelos valores subjetivos, de estado moderno como burocracia racional, de patrimonialismo como estado tradicional, da postura carismática das lideranças geradoras de formas populistas etc [...] (Cotrim, 2001, p. 320).

Vejamos como Cotrim reconstrói os argumentos de Cardoso para demonstrar como este chega a Weber partindo de uma análise de Marx. Para esse autor, a confusão de Cardoso teria como fundamento uma falha em sua formação marxista, derivada de sua participação nos seminários de estudo de “O capital” ocorridos na USP ao fim da

década de 1950 (do qual participaram nomes como Paul Singer, José Arthur Gianotti e Michael Löwy). Cotrim resgata a crítica de José Chasin (2001) ao que este chamou de Analítica Paulista: em suma, essa corrente do pensamento, ao se fundar nos estudos exclusivos de “O capital”, ignora importantes textos elaborados por Marx em sua juventude, pondo de lado questões ontológicas essenciais<sup>12</sup>.

Partindo desse equívoco fundamental, a dialética elaborada erroneamente por Cardoso consistiria, como se expressa na introdução de sua obra “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”, em um modelo, um instrumento cognitivo cujo objetivo último é a transformação do concreto (do real) por meio do “movimento da razão”. Afirma Cotrim (2001, p. 312), “[...] aquele ‘circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto’ promove uma desidentificação do real, o que implica dizer que antes como depois a totalidade concreta (o real) se altera [...]”. Com isso, conclui que, para Cardoso, “[...] [o objeto real para o pensamento] deixa de ser o que é pela análise ou pela mediação da teoria [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise [...]” (Cotrim, 2001, p. 313).

Por fim, Cardoso teria se apoiado em Sartre (sic!) para concluir que o esforço analítico de investigação poderia ser pautado tanto pelo paradigma marxista quanto pelo weberiano. Essa leitura metodológica viesada que Cardoso apresenta em “Capitalismo e escravidão...”, de acordo com Cotrim, teria sido transportada para a obra que escreveu com Faletto. “Dessa forma”, afirma:

A “totalidade concreta” como referência metodológica não estará mais a cargo de Marx, e será expressa como um composto de níveis, os quais a análise se encarregará de vincular. Os níveis serão sempre sociais, políticos e econômicos, e serão postos em dinâmica tendo como referência e orientação um quadro de valores subjetivamente definidos [...] (Cotrim, 2001, p. 317).

Essa divisão da realidade em níveis é que estará por trás da “análise integrada” proposta em “Desenvolvimento e dependência na América Latina”. Esta consistiria em uma tentativa de integrar o sistema econômico, que Cardoso interpretaria a partir de Marx, com o sistema social, cuja compreensão se dará por meio das categorias weberianas tais como o “patrimonialismo”. Explica Cotrim (2001, p. 225): “[...]”

---

<sup>12</sup> Contudo, é interessante ressaltar que o próprio Chasin nunca se referiu a Cardoso como um weberiano.

[Cardoso] separa na realidade o nível econômico e o político-social, aplicando tratamento metodológico distintos: Marx se torna referência para a economia (o que obviamente não nos parece adequado), enquanto Weber serve para a política”. No entanto, alerta:

[...] Aquela prévia separação *entre sistemas sociais e econômico* cumpre teleologicamente uma função em Cardoso, a de depositar seu esforço analítico numa das áreas, a político-social, mantendo o campo econômico distanciado de sua abordagem [...] Dessa forma, [...] ele opera uma inversão, retirando a objetividade e determinação da economia sobre a esfera política (Cotrim, 2001, p. 318–319 grifos do autor).

E como o político é proveniente de Weber, este se revela como a verdadeira influência teórica do pensamento cardosiano.

Esse argumento de Cotrim pode ser sumarizado por meio das seguintes proposições: 1) Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação; 2) o que o leva a concluir pela equivalência entre os paradigmas de Marx e Weber; 3) por isso, se utiliza do marxismo para a análise dos processos econômicos e do weberianismo (por meio do uso do conceito de patrimonialismo) para a análise do político; 4) entretanto, como Cardoso subjuga o econômico ao político, submete a interpretação de Marx às concepções que possui de Weber. Logo, Cardoso é um weberiano.

Vemos que o problema da argumentação de Cotrim está no fato de que suas premissas são falsas em quase todos os aspectos. Vejamos uma a uma.

Primeiro: *Cardoso inverte o nexos causal entre a realidade e a representação.*

Cotrim só alcança a assertiva acima por meio de uma leitura da obra de Cardoso marcada por descontextualizações recorrentes com o intuito de criar uma falsa oposição à Marx. Cotrim chega ao ponto de adulterar uma frase de Cardoso para que ela se encaixe melhor em sua crítica. Vejamos como as palavras de Cardoso ficam na pena de Cotrim:

“[...] [Em Marx] o concreto aparece como ponto de partida [...]” (Cardoso apud Cotrim, 2001, p. 312).

Mas, no original encontramos:

“[...] Marx diz que o concreto aparece como o ponto de chegada quando é o verdadeiro ponto de partida [...]” (Cardoso, 1962, p. 17).

E, como diz Marx?

“[...] [O concreto] aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida [...]” (Marx, 2008, p. 258–259).

Vemos que, tanto para Marx quanto para Cardoso, o caminho do conhecimento é o que se eleva do concreto para o abstrato e, depois, retorna ao concreto, formando o que se chama de concreto pensado: a reprodução do concreto no pensamento. Para ambos, o que se tem no ponto de chegada é a desmistificação do que havia no ponto de partida, a negação das representações e intuições presentes *a priori* na mente do pesquisador.

Mas, Cotrim transforma as palavras de Cardoso (e de Marx) para criar uma oposição entre ambos: em Marx, o conhecimento se daria do abstrato ao concreto; em Cardoso, do concreto ao abstrato. Onde deveria entender “desmistificação do real” entende “desidentificação do real”; onde aparece o termo “redefine-se”, interpreta-o como “deixa de ser o que é”<sup>13</sup>; e o “concreto pensado” pode significar para Cotrim tanto “real” como “representação”, ao gosto da conveniência.

Ao fim, Cardoso parece afirmar que o processo do conhecimento transforma a própria realidade, ou seja, que a ideia precede e determina a matéria. Mas, na realidade, é Cotrim quem quer transformar os textos de Cardoso por meio do seu pensamento e de sua análise.

---

<sup>13</sup> Cardoso (1962, p. 17) afirma que, como resultado do processo do conhecimento, “[...] a mercadoria redefine-se como categoria histórico-social, nega a forma inicial que assumira e se revela depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação da mais-valia”. Cotrim (2001, p. 313) compreende assim: “[...] a mercadoria (como objeto real para o pensamento) permanece não como tal, ou seja, ela deixa de ser o que é pela análise [...], desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise”. Cardoso fala claramente a respeito da representação que se faz da mercadoria. Cotrim quer entender que, para Cardoso, o processo do pensamento transforma o objeto real.

Cotrim conclui que Cardoso distancia-se do empírico<sup>14</sup>. Para isso, retira de suas citações todas as referências que Cardoso faz a esse termo<sup>15</sup>. Entretanto, o próprio Cardoso (1962, p. 30) afirma (em um trecho ignorado três vezes por Cotrim<sup>16</sup>): “[...] sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar ‘a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado’”<sup>17</sup>.

Só mesmo por meio de tanta descontextualização e citações equivocadas é que Cotrim consegue concluir uma oposição entre o materialismo dialético de Marx e o que Cardoso expõe na Introdução de “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”.

Segundo: *Cardoso conclui que os paradigmas de Marx e Weber são equivalentes.*

Essa afirmação de Cotrim se baseia em uma frase de Cardoso, na qual diz: “Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (Cardoso, 1962, p. 30). Cotrim cita essa passagem três vezes em sua dissertação (Cotrim, 2001, p. 58, 226, 317), entretanto, afirma equivocadamente que a expressão “nesse ponto” se refere ao “procedimento metodológico”. Vejamos a passagem de Cardoso por completo:

[...] Com isso [com o uso do método dialético de forma heurística] evita-se a criação de novos *Franksteins* que, em caso contrário, acabariam sendo criados, como muitas vezes foram, em nome de um método que desejava

<sup>14</sup> “[...] Ao afastar o empírico, [Cardoso] afastou, em verdade, a própria realidade concreta [...]” (Cotrim, 2001, p. 315).

<sup>15</sup> Por exemplo, Cotrim (2001, p. 313–314) cita Cardoso: “[...] [a] interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos de fatores histórico-sociais efetivos de sua produção [...] e de categorias não definidas empiricamente [...]”. Qual foi o trecho suprimido por Cotrim? Vejamos: “[...] (e, neste sentido, categorias ‘saturadas historicamente’, empíricas) [...]” (Cardoso, 1962, p. 14). Uma supressão muito conveniente.

<sup>16</sup> Como veremos no ponto a seguir.

<sup>17</sup> Não devemos julgar Cardoso apenas pelo método que ele descreve, mas pelo que efetivamente usa. Assim, vemos que Cardoso não só diz que sua análise possui forte base empírica, como é possível constatar esse fato em todo o seu “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional”. Por exemplo, inúmeras são as referências aos dados e relatos históricos apresentados com o intuito de desmistificar a posição do negro na sociedade sul-rio-grandense. Todavia, o mesmo não pode ser dito de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, cujo caráter ensaístico reduziu a preocupação dos autores em buscar informações para embasar suas propostas. Entretanto, Cardoso resgata a preocupação com o concreto em “Política e desenvolvimento em sociedades dependentes”.

acabar com eles. Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em qualquer um dos dois o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização. Sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica, e acaba por transformar “a significação em intenção, o resultado em objetivo realmente visado” (Cardoso, 1962, p. 30).

Vemos que o termo “nesse ponto” está relacionado com “um método que deseja acabar com os *Frankensteins*, mas termina por cria-los”. A passagem na qual Cotrim imputa certo apreço de Cardoso por Weber significa, na verdade, o exato oposto: uma crítica tanto a certo uso que se faz de Marx quanto à obra de Weber. Expliquemos melhor: para Cardoso, a dialética heurística é capaz de explicar a realidade imediata (visível, cotidiana, sensível) por meio de significações que só fazem sentido para quem observa o fenômeno como um *todo*, ou seja, para o pesquisador que leva em consideração elementos que não estão presentes apenas no fragmento da realidade que observa<sup>18</sup>.

A tentativa de perfazer uma análise (não-heurística) que se restrinja apenas às relações presentes na observação imediata (que se prenda a um momento analítico) e que busque reconstruir o *todo* a partir dessa observação particular, resultará em uma totalidade deformada, que exagera a importância do “pedaço” a partir do qual foi construída. Ou seja, ao se prender a um momento analítico, a totalidade que se constrói é limitada (condicionada) por esse momento. A visão do *todo* fica incompleta e a análise perde seu sentido, se torna um constructo que não obedece aos anseios originais de seu criador (daí a alusão ao romance *Frankenstein*).

Todavia, se Cardoso é marxista, porque ele critica tanto Marx quanto Weber na referida passagem? A crítica de Cardoso não é ao uso que Karl Marx fez da dialética, mas ao uso que “alguns marxistas” fazem desse paradigma. Esse tom da crítica fica claro quando o autor continua:

Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e

<sup>18</sup> Devemos lembrar que Weber jamais trabalha com a totalidade dos fatos históricos, considerando-a como algo inalcançável para o pensamento sociológico.

situações empíricas capazes de provar a *verdade* contida nos esquemas abstratos de determinações gerais [nos *Frankensteins*] [...] (Cardoso, 1962, p. 30–31).

Portanto, Cardoso nunca afirmou a equivalência dos paradigmas de Marx e Weber, como faz crer Cotrim.

Terceiro: *Cardoso utiliza Marx para analisar o econômico e Weber para o político.*

Cotrim acredita que a divisão da totalidade entre econômico, político e social, tal como apresentada por Cardoso, resulta de seu distanciamento do marxismo enquanto referencial metodológico. Todavia, essa visão de Cardoso resulta da famosa passagem de Marx, na qual afirma:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual [...] (Marx, 2008, p. 47)

Vê-se, de início, que o uso de Marx vai muito além do econômico, pois deriva dele a própria forma de Cardoso conceber e fragmentar a totalidade concreta. Além disso, a dimensão política tal como trabalhada por Cardoso é também marxista, pois consiste na dinâmica da luta de classes.

Não estamos negando o uso que o autor faz de categorias weberianas, tal como é o caso do patrimonialismo. Contudo, a utilização de conceitos estranhos ao pensamento marxista é feito de forma subordinada aos elementos metodológicos do materialismo dialético, e se restringem aos fenômenos que não foram desenvolvidos plenamente por Marx.

Quarto: *Cardoso subjuga o econômico ao político.*

Em Marx, há uma determinação recíproca entre a estrutura e a superestrutura, sendo que o econômico aparece como condicionante último dos processos históricos. Ou seja, a despeito de se influenciarem mutuamente, as transformações da

superestrutura (a dimensão política, cultura, jurídica, social, etc), deve ser mediada pelas mudanças que sua dinâmica gera na organização econômica da sociedade, responsável por garantir as condições materiais a partir das quais aquela se expressa.

A crítica de Cardoso e Faletto ao economicismo é uma tentativa de resgatar o papel da luta de classes como um determinante do processo de transformação social. O método de “análise integrada”, a despeito de ter sido elaborado como uma crítica ao estruturalismo cepalino, deixa claro a relação dialética entre estrutura e superestrutura.

Para esses autores, “[...] os modos de relação econômica [...] delimitam os marcos em que se dá a ação política” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 23). Ou seja, é o grau de desenvolvimento das forças produtivas que delimita tanto as possibilidades das alianças de classes quanto as opções de política econômica capazes de transformar essas próprias forças produtivas. Isso quer dizer que o econômico condiciona o social, e o social transforma o econômico. Não há em Cardoso e Faletto a subjugação do econômico ao político, como afirma Cotrim.

#### **4 O MARXISMO ECLÉTICO**

É importante ressaltar que, mesmo tendo se tornado tese dominante entre aqueles que se alinham ao pensamento marxista, a classificação de Cardoso como pertencente à corrente weberiana está longe de ser consensual na academia. Podemos citar alguns textos que filiam o autor ao marxismo, de modo explícito ou por meio de indicações quanto sua metodologia: Dias (2012), Limongi (2012, p. 194), Laporta (2010), Goertzel (2010), Prone (2010), Watanabe (2010), Kolling (2007), Bentes (2006, p. 59), Pato (2004), Sorj (2001), Batista Jr (1999), Lahuerta (1999, p. 93), Goto (1998) e Fiori (1995). Inclusive, essa posição é encontrada até mesmo entre seus críticos, tais como Traspadini (1999, p. 115–117), Teixeira (2007) e Katz (2011).

Há também aqueles que fazem alguma ressalva, como é o caso de Hage (2014, p. 131), que atribui a Cardoso um “marxismo analítico”, e de Bianchi (2010), para quem esse seria um marxismo “limitado”. Além desses, ainda encontramos posicionamentos como o de José Carlos Reis que, mesmo admitindo grande influência das ideias de Weber, considera que “F. H. Cardoso seria um marxista que aplica à realidade latino-

americana o método dialético e não o força a concluir pelo socialismo [...]” (Reis, 1999, p. 268).

Reis lembra que o ecletismo não é uma característica exclusiva desse autor. Afirma: “F. H. Cardoso aplicará bem o materialismo dialético. [...] Entretanto, [...] é também associado a Weber. Ele esteve tão próximo de Weber como [Florestan] Fernandes, talvez até mais próximo” (Reis, 1999, p. 245). Mas ressalta que “em *Dependência* [e desenvolvimento na América Latina] ele se afastou mais de Weber e se aproximou mais de Marx. [...] Seu marxismo é, portanto, eclético, ou melhor, ‘sintético’, assim como o de F. Fernandes”. (Reis, 1999, p. 246).

O ecletismo é uma característica comum entre as elaborações marxistas tanto de economistas quanto de sociólogos brasileiros, e não é suficiente para desqualificar a obra de um autor. Veja-se, por exemplo, o caso de Florestan Fernandes, citado por Reis: mesmo aqueles que insistem em classificar Cardoso como weberiano, o associam ao marxismo<sup>19</sup> e reconhecem sua importância para a formação de um pensamento sobre o capitalismo brasileiro.

O contraste entre o marxismo e outras correntes teóricas é útil para demonstrar os elementos que se encontram pouco desenvolvido naquele, o que não resulta, necessariamente, em um ecletismo acrítico. Ao contrário, esse contraste pode se mostrar como uma importante fonte de aprimoramento teórico. Os próprios conceitos de “dependência” e “imperialismo”, por exemplo, surgiram no seio de teorias burguesas e foram incorporados ao marxismo. A teoria da “deterioração dos termos de troca” foi apropriada por Marini (1981)<sup>20</sup>, que “desenvolveu” a partir dela sua proposta sobre a “troca desigual”.

Outra interessante observação a ser feita trata-se do fato de que não há nenhum texto que classifique Cardoso como weberiano antes de 1995. A maioria das citações

---

<sup>19</sup> É o que faz, por exemplo, Martins, que afirma: “[...] apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, Florestan se aproximará muito mais da versão marxista da dependência [...]” (Martins, 2011, p. 258). Ou ainda: “[...] nos anos 1960 e 1970, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes se esforçaram em mostrar o caráter superexplorador do capitalismo latino-americano [...]” (Martins, 2011, p. 293). Sobre esse último aspecto é interessante observar que a obra de Fernandes, na qual não aparece o termo “superexploração”, está mais próxima de Cardoso do que de Marini.

<sup>20</sup> E por Emmanuel (1969) antes dele.

que se faz de Cardoso se abstém de apresentar qualquer forma de classificação, mas as que apresentam, colocam-no por vezes como estruturalista<sup>21</sup>, reformista ou marxista.

Kay (1991, p. 45), por exemplo, afirma que Cardoso apresenta uma perspectiva marxista, mas o classifica juntamente com Furtado e outros na corrente “reformista” da teoria da dependência, em oposição aos marxistas (ou neomarxistas), tais como Frank, Santos e Marini (Kay, 1991, p. 46).

Jorge Larraín (1989) afirma Cardoso como um marxista que reconhecia a possibilidade de desenvolvimento<sup>22</sup>. Lehmann (1986, p. 32), por sua vez, ressalta o marxismo eclético em Cardoso: “[...] talvez se pudesse dizer que seu marxismo prefigurava algumas das versões mais ecléticas hoje correntes na Europa Ocidental, que encontram expressão política no PCI [Partido Comunista Italiano] ou no periódico britânico *Marxism Today*”.

Para Smith (1981, p. 761), Cardoso e Faletto “[...] *freely admit their debt to Marx, and the kinds of debate one finds in this literature (such as over the degree of autonomy to accord the state) are certainly common fare in Marxist circles in the west today*”.

Merece destaque a posição de Vânia Bamberira, considerada hoje uma das mais importantes autoras da teoria da dependência. Em seu texto intitulado “*Teoría de la dependencia: una anticrítica*”, ao falar sobre Aníbal Quijano e Fernando Henrique Cardoso, afirma: “[...] *que pese a sus sólidas formaciones marxistas, y la utilización de sus categorías y su metodología, son heterodoxos*” (Bamberira, 1978, p. 12).

Além disso, antes de 1995, sempre que um autor ressaltava sua influência weberiana, isso nunca era feito sem lembrar também de sua raiz marxista – esta última normalmente colocada como influência principal. Nesses termos, Packenham (1992, p. 82), afirma: “*Cardoso is intellectually eclectic. He mixes elements of the social science*

<sup>21</sup> Esse posicionamento é muito comum entre os autores de língua inglesa que desconhecem as contribuições de Cardoso para além do livro escrito com Faletto.

<sup>22</sup> Ao falar do conjunto de autores que considera como um segundo grupo de dependentistas, o autor afirma: “[...] *They could be stagnationist (Sunkel, Furtado, Hinkelammert) or allow for development (Cardoso, Faletto, Pinto), they could be Marxist (Cardoso, Faletto, Hinkelammert) or non-Marxist (Pinto, Sunkel, Furtado) [...]*” (Larraín, 1989, p. 146–147).

*of Max Weber and other non-Marxist with the Marxist thought (on classes) and the Leninist thought (on imperialism) that are the main foundations of his approach [...]*". Esse autor ainda questiona o posicionamento daqueles que ignoravam preponderância da influência marxista em Cardoso:

*[...] Supporters of Cardoso's work, who are much more numerous than critics, have also failed to perceive that although Cardoso is eclectic, ambiguous, and contradictory, he is much more faithful to Marxist postulates and criteria than to non-Marxist ideas [...]* (Packenham, 1992, p. 83).

Kahl (1988, p. 129) afirma que os principais modelos de Cardoso são Marx e Weber, mas lembra, também, a importância de tantos outros autores para a formação de seu pensamento. Já para Halperin-Donghi, além de Marx e Weber, a obra de Cardoso e Faletto teria forte influência da CEPAL. Afirma (Halperin-Donghi, 1982, p. 116):

*Their terms of reference are provided, on the one hand, by an image of Latin America's economic evolution as outlined by ECLA and, on the other, by an image of Latin American society that is more their own and reflects the legacy of both Marx and Weber. The two perspectives are integrated through the concrete historical analysis that is the main concern of the book.*

Esse mesmo posicionamento de Halperin-Donghi apareceu antes em Paz (1981, p. 74), para quem Cardoso e Faletto “[...] remiten a la CEPAL en lo económico y a Weber y Marx en lo sociopolítico [...]”<sup>23</sup>. Paz associa os autores da dependência<sup>24</sup> ao pensamento marxista, ao mesmo tempo em que ressalta suas insuficiências de enfoque no plano teórico.

E ainda, mesmo sabendo que “[...] não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz [...]” (Marx, 2008, p. 48), acreditamos que antes de lançar mão de um argumento que tenta desqualificar o oponente ao classificá-lo como pertencente a tal ou qual corrente teórica, é preciso observar como esse autor se vê. Nesse sentido, notamos

<sup>23</sup> Esse comentário de Paz levou Osorio a afirmar, em artigo publicado em 1984, que a obra de Cardoso e Faletto “no se trata de un trabajo propiamente marxista, por la combinación teórica enmarcada aún en la matriz de la CEPAL en lo económico y en enfoques weberianos en el tratamiento de las clases” (Osorio, 1984, p. 43). Isso provavelmente seria devido à influência de Faletto, para quem “[...] el peso de las concepciones weberianas en sus estudios impide con rigor ubicarlo plenamente en el campo del marxismo [...]” (Osorio, 1984, p. 55), já que, para Osorio, Cardoso seria dono de uma “rigurosa conceptualización marxista” (Osorio, 1984, p. 44). Entretanto, nas seguintes reedições desse mesmo texto (Osorio, 1997, 2004), o autor suprimiu esses comentários. Posteriormente, Osorio (2009, p. 80) voltaria a destacar a perspicácia de Paz.

<sup>24</sup> Dentre os quais exclui os estruturalistas cepalinos.

que sobram indicações de que tanto Cardoso como Faletto se consideravam filiados ao pensamento marxista. Vejamos.

No prefácio à edição inglesa de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, escrito em 1976, os autores afirmam que seguem uma tradição metodológica que encontra sua expressão máxima em Marx e que adotam uma abordagem dialética (Cardoso; Faletto, 1979, p. ix). Cardoso retorna a esse mesmo assunto no prefácio à nova edição, escrito em 2004: “[...] para que [...] não nos jogassem, como diziam, ao ‘lixo da história’ [...], na vala comum do método funcionalista ou do ‘weberianismo’ dos tipos ideais, tínhamos que reafirmar nossa visão como sendo dialética, histórico-estrutural”. E, com isso, explica “[...] o resgate do marxismo e de sua versão vulgar [que] se fez [no prefácio à edição inglesa] saturando os conceitos de historicidade” (Cardoso; Faletto, 2004, p. 9–10).

Além disso, os textos de Cardoso sobre a dependência são impregnados de referências a Marx, Lênin e outros autores marxistas, enquanto são escassas as citações de Weber. Esse mesmo panorama pode ser observado nas obras “Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional” e “Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil”, por exemplo.

E ainda, quando questionados sobre suas influências teóricas, os autores nunca deixam de mencionar a importância do pensamento de Karl Marx. Enzo Faletto, por exemplo, afirmou em entrevista recente:

[...] Creio que éramos mais sensíveis à dimensão do histórico, ou seja, à compreensão do processo histórico, o que, obviamente, nos vinculava bastante a certa leitura historicizante, digamos de Marx, leitura que depois voltou a ser feita por alguns, com a difusão de Gramsci (Rego, 2007, p. 205).

Em entrevista concedida a Pedro Luiz Lima em 2013, Cardoso teve a oportunidade de se expressar quanto à sua polêmica classificação:

*Pedro Luiz Lima:* Muita gente lê sua obra e estabelece uma distinção, talvez também por questões de preconceito político, entre um momento marxiano e um momento weberiano que, a partir da década de 1970, suplantaria aquele momento anterior. Como o senhor avalia essa distinção?

*Fernando Henrique Cardoso:* Ela é totalmente equivocada.

*Pedro Luiz Lima:* Sim, porque parece-me que o senhor sempre esteve produzindo textos com uma referência muito forte no Marx, mesmo nos anos 70, seja nas polêmicas com Poulantzas e Althusser, seja no texto sobre o Marini. Até mesmo em “A Soma e o Resto”, de 2012, o Marx é o autor mais citado do livro, o que eu achei curioso...

*Fernando Henrique Cardoso:* Sim, porque minha formação foi muito fortemente influenciada por Marx. Nesse sentido, de vez em quando converso com o Roberto [Schwarz]... Ele é totalmente marxista, ou quer ser; eu não quero ser marxista tanto assim, mas sou. O fundamento da minha visão do mundo, minha visão do capitalismo, é aquele... Agora, eu não sou politicamente marxista (Lima, 2013, p. 18–19).

Em outra entrevista, concedida a Sorj e Fausto em 2010, Cardoso explica essa sua recusa em ser “politicamente” marxista:

Embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e da dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica [sic] da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. [...] Não há o inevitável nem o predestinado na História (Sorj; Fausto, 2010, p. 60).

Para concluir nossa análise a respeito da linha teórica à qual Cardoso se filia, devemos nos debruçar sobre a forma como o autor realiza sua pesquisa, e desvendar o sentido de seu método da “análise integrada”. Nesse sentido, o primeiro problema que encontramos é a falta de referência explícita às categorias marxistas exatamente na obra em que Cardoso e Faletto descrevem tal método, a despeito das mesmas serem abundantes em outros trabalhos. Acreditamos que tal opção “estética” deveu-se ao fato de o livro ter sido elaborado para um conjunto de interlocutores não-marxistas (os autores cepalinos)<sup>25</sup>. Mas o fato é que a “análise integrada” que apresentam no referido

<sup>25</sup> Mesmo sem apresentar categorias marxistas, o livro já sofria certa rejeição. Como Cardoso comenta em entrevista ao falar de seu livro escrito com Faletto e produzido originalmente como um relatório para o ILPES: “[...] A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado [em 1969]”. “Mas por que não deixaram?”, indaga o entrevistador. Cardoso explica: “Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comido” (Cardoso, 2006, p. 81). Qual teria sido a reação da CEPAL se, nesse texto, Cardoso e Faletto fizessem referências claras a categorias como mais-valor, taxa de exploração e valor trabalho?

livro é amplamente compatível com a interpretação de Cardoso sobre a dialética marxista<sup>26</sup>, e até mesmo mais facilmente compreendida a partir desta. Vejamos.

O objetivo da “análise integrada” é de acoplar a leitura da estrutura econômica com os fatores políticos e sociais que dela derivam (superestrutura). As análises econômicas, na visão de Cardoso e Faletto, se baseiam apenas nos condicionantes estruturais, relacionados estritamente com o modo de produção de determinada sociedade. Portanto, apontam que é necessário ir além e incorporar a esses condicionantes estruturais tanto os fatores sociais que os compõem (a divisão de grupos e classes que derivam de sua posição no processo produtivo), como os fatores que põem em marcha as sociedades – o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais.

Nesse sentido, os autores esclarecem as relações hierárquicas que existem entre esses dois componentes no qual se divide a totalidade concreta. Em primeiro lugar, a dimensão econômica determina a estrutura social:

Em termos puramente econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia. A partir dessa análise e principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, pode-se inferir a forma que assume a estrutura social (Cardoso; Faletto, 1970, p. 18).

Em seguida, a dinâmica da luta de classes, que não resulta de um determinismo derivado da estrutura econômica e de seus processos cumulativos (leis tendenciais), estabelece a preponderância de certas classes e grupos de classes sobre o conjunto da sociedade:

[...] a mudança das estruturais sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (Cardoso; Faletto, 1970, p. 18).

Por fim, o resultado dessa disputa de poder permite que os grupos dominantes direcionem a ação prática de transformação da estrutura econômica que agirá, claro, em

---

<sup>26</sup> Tal como sustenta o próprio Cardoso: “não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista” (Cardoso, 1995, p. 91).

seu benefício. Nas palavras de Cardoso e Faletto (1970, p. 23): “[...] é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio [...]”.

E assim, a nova estrutura econômica, fruto das ações da sociedade sobre a (e limitadas pela) estrutura previamente existente, estabelece novas formas de relações entre indivíduos, ou seja, altera o conjunto das classes e grupos econômicos e, por conseguinte, influencia o próprio processo de luta de classes<sup>27</sup>.

Partindo dessas concepções que Cardoso e Faletto buscam construir um método que “ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologias – analise aquelas e êstes em suas determinações recíprocas” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 21). A partir dessas considerações, pode-se ponderar que os autores têm a pretensão de realizar uma análise que chamam de integrada por evidenciar essas determinações recíprocas entre estruturas econômicas e sociais e os processos históricos, animados pelos conflitos de classe. Ou seja, o que os autores tentam resgatar em sua metodologia não é nada além da célebre frase de Marx: “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

A “análise integrada” evidencia a forma adequada dessas determinações recíprocas: enquanto das estruturas econômicas depreende uma determinada estrutura social, dividida em classes e grupos (estrato de classes ou grupo de classes), o conflito entre essas classes e grupos, animados pelos móveis dos movimentos sociais, implicará novas transformações nos elementos estruturais (e, portanto, modificações da estrutura social e de dominação). Por isso que os autores afirmam que “[...] o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (Cardoso; Faletto, 1970, p. 22).

---

<sup>27</sup> É assim que, por exemplo, ao influenciar as condições econômicas para fundar o capitalismo nas nações dependentes, as classes dominantes geram as condições para a formação do próprio proletariado, a classe antagônica contra a qual deverão disputar o poder político.

Nesse sentido, o método de análise integrado propõe-se a detectar e dar sentido aos eventos dinâmicos da sociedade, relacionados com a luta de classes, indo além da análise econômica que foca apenas nos “estéreis” condicionantes estruturais. Ou seja, há aí uma relação entre estrutura e superestrutura que é condizente com o materialismo dialético proposto por Marx, na qual há relações recíprocas entre esses dois elementos, que se determinam mutuamente, mas que repousam, em última instância, nos elementos econômicos.

Contudo, há uma particularidade no pensamento de Cardoso que o distancia da proposição de Marx: a despeito de possuir relevância para a determinação do plano em que se dá o conflito político, os elementos econômicos não são dotados de movimento próprio, sendo toda a dinâmica do sistema derivada da luta de classes (categoria totalizante).

Vânia Bambirra, que tece crítica a respeito da obra de Cardoso e Faletto em seu livro “O capitalismo dependente latino-americano”, escrito em 1970 e publicado no Chile em 1972, afirma a respeito do método da “análise integrada”:

A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta [...].

No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sobre o ponto de vista sociológico (Bambirra, 2013, p. 49).

Cardoso e Faletto sugerem uma análise que integra o lado econômico e o social do processo de transformação. Mas:

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes (Bambirra, 2013, p. 49).

Ou seja, ao combater o vício “economicista” das análises cepalinas, Cardoso e Faletto acabam por cair em uma espécie de “sociologismo”, dando exacerbada ênfase à

dinâmica dos elementos políticos. Nós apresentamos uma crítica similar em outro trabalho, onde afirmamos:

[...] A estrutura econômica age, no pensamento cardosiano, apenas como o plano de fundo da luta de classes, sendo que não há espaço para as transformações sociais que seriam fruto dos processos econômicos reificados, como as leis tendenciais derivadas da lógica de funcionamento do capitalismo (Franklin, 2012, p. 78).

Talvez esse sociologismo seja fruto da falha dos autores em aplicar o método por eles proposto, tal como sugere Bambirra<sup>28</sup>, ou derive da própria concepção acerca da dialética marxista construída por Cardoso. Mas o fato é que os autores deixam de abordar em seus escritos a *dinâmica* (e apenas a dinâmica) dos elementos materiais que caracterizam a situação de dependência, fazendo-os aparecer somente como um plano de fundo estático.

Esse equívoco metodológico, entretanto, não é suficiente para retirá-los do quadro teórico do marxismo. Como desenvolvem sua forma de análise a partir deste paradigma, a crítica sobre suas elaborações também devem ser fundada no mesmo, e não remetidos a outro campo. Além disso, mesmo tendo falhado na percepção da *dinâmica* econômica, Cardoso e Faletto continuam apresentando uma perspectiva que é, em seu âmago, muito mais próxima do materialismo dialético do que da sociologia compreensiva weberiana.

## 5 CONCLUSÃO

A postura política do presidente Fernando Henrique Cardoso não dá margem a dúvidas quanto ao seu alinhamento com a direita neoliberal brasileira. Ao aplicar o receituário do Consenso de Washington durante todo o período que esteve na presidência, minando os movimentos sociais e reduzindo as conquistas históricas da classe trabalhadora, FHC fomentou a suspeita quanto à base teórica de seus trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1960 a 1980. Seria Cardoso um marxista, como ele e tantos outros teóricos afirmariam, ou seria ele um weberiano que há 30 anos planejava vender o Brasil para o capital internacional?

---

<sup>28</sup> “Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada” (Bambirra, 2013, p. 50).

Com o intuito de responder a essa questão, iniciamos nossa análise no presente artigo por meio da avaliação das duas linhas distintas de argumentação que sustentam a hipótese quanto à raiz weberiana de Cardoso. Primeiro, vimos aquela que se originou da tese de doutorado de Nildo Ouriques, e observamos que ela estabelece uma analogia inadequada entre o pensamento de Cardoso com o de Max Weber. Em seguida, analisamos a argumentação apresentada por Ivan Cotrim em sua dissertação de mestrado. Vimos que esse autor só consegue alcançar suas conclusões após um conjunto de descontextualizações e até mesmo adulterações dos textos de Cardoso.

Após esse passo, apresentamos alguns argumentos em contrário. Em primeiro lugar, demonstramos que a classificação de Cardoso como weberiano não é consensual, havendo vários autores que o consideram como marxista, mesmo reconhecendo a influência que ele recebeu de tantos outros pensadores. Além disso, argumentamos que não há textos anteriores a 1995 que considerem Max Weber como a principal raiz teórica desse autor.

Em segundo lugar, mostramos que tanto Cardoso quanto Faletto se afirmam como teóricos marxistas. Tal posição é mantida por Cardoso inclusive após o período em que passou na presidência do Brasil.

Por fim, fizemos uma breve análise do método empregado por esses dois autores na sua principal obra, mostrando sua proximidade com o materialismo histórico de Marx, mas ressaltando uma falha que o caracteriza: a rejeição da *dinâmica* econômica enquanto fonte de transformação do concreto.

O que podemos concluir de nossa exposição é que, por mais que se façam ressalvas quanto ao seu rigor teórico, à sua apreensão da dialética e das categorias do marxismo, às suas posições políticas e, principalmente, à sua atuação enquanto presidente do Brasil, deve-se reconhecer que a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso filia-se ao pensamento marxista. É óbvio que isso não implica concordar com essa teoria, mas significa simplesmente que as avaliações e críticas internas a ela dirigidas devem ser feitas tendo como principal referência o paradigma fundado por Karl Marx.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Uberlândia: UFU, 2006 (Dissertação de Mestrado em Economia da UFU).

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. São Paulo: USP, 2012 (Tese de Doutorado em Economia da USP).

BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la dependencia: una anticrítica*. México: Era, 1978.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 13, n. 37, dez. 1999.

BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. *Da internacionalização do mercado ao globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso*. Campinas: UNICAMP, 2006 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UNICAMP).

BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177–204, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. *Conversas com sociólogos brasileiros*. [S.l.]: Editora 34, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependency and Development in Latin America*. [S.l.]: University of California Press, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. [S.l.]: Editora Record, 2004.

CHASIN, José. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Ensaios Ad Hominem*, v. 4, 2001.

COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Campinas: UNICAMP, 2001 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da UNICAMP).

DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. São Paulo: USP, 2012 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da USP).

EMMANUEL, Arghiri. *L'Échange inégal: essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris: F. Maspero, 1969.

FIORI, José Luís. Cardoso among technopols. *NACLA Report on the Americas*, v. 28, n. 6, maio 1995.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. *Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 2012 (Dissertação de Mestrado em Economia da UFRGS).

GOERTZEL, Ted. Lembrem-se de tudo que escrevi: o impacto de Fernando Henrique Cardoso sobre as ciências sociais. In: INCAO, MARIA ANGELA D'; MARTINS, HERMINIO (Org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GOTO, Roberto. *Para ler Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. *Revista Política Hoje*, v. 22, n. 1, 14 jan. 2014.

HALPERIN-DONGHI, Tulio. "Dependency Theory" and Latin American Historiography. *Latin American Research Review*, v. 17, n. 1, p. 115–130, 1 jan. 1982.

KAHL, Joseph Alan. *Three Latin American Sociologists: Gino Germani, Pablo Gonzales Casanova, Fernando Henrique Cardoso*. [S.l.]: Transaction Publishers, 1988.

KATZ, Frederico Jayme. *Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo*. São Paulo: Plêiade, 2011.

KAY, Cristóbal. Reflections on the Latin American contribution to development theory. *Development and Change*, SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, v. 22, p. 31–68, 1991.

KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento Latino-Americano. *Diálogos*, v. 11, n. 1-2, p. 137–165, 2007.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: USP, 1999 (Tese de Doutorado em Ciência Política da USP).

LAPORTA, Daniel Osterreicher. *Empresário e dependência no pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1957-1967)*. São Carlos: UFSCAR, 2010 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFSCAR).

LARRAÍN, Jorge. *Theories of development: capitalism, colonialism, and dependency*. Cambridge, UK : Cambridge, MA, USA: Polity Press ; B. Blackwell Inc, 1989.

LEHMANN, David. Cardoso: da dependência à democracia. *Novos estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 14, p. 31–36, fev. 1986.

LIMA, Pedro Luiz. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 07–21, jul. 2013.

LIMONGI, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 94, p. 187–197, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. A Teoria da dependência e o pensamento econômico brasileiro - crítica a Bresser e Mantega. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói. *Anais...* Niterói: SEP, 1998. p. 416–431.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *Cuadernos Políticos*, México, n. 39, p. 40–59, mar. 1984.

OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. In: GILBERT, JORGE. *Introducción a la sociología*. Santiago, Chile: LOM Ediciones, 1997.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas : M.A. Porrúa, 2004.

OSORIO, Jaime. *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. México, D.F.: Itaca ; Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2009.

OURIQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. México: UNAM, 1995 (Tese de Doutorado em Economia da UNAM).

PACKENHAM, Robert A. *The dependency movement: scholarship and politics in development studies*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992.

PATO, Christy Ganzert Gomes. *A forma difícil do nosso pensar em brasileiro: o marxismo smithiano de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: USP, 2004 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da USP).

PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. *Economía de América Latina*, n. 6, p. 61–81, 1981.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 10–29, nov. 2013.

PRONE, Leandro Avena. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Um estudo sobre a obra de FHC e suas implicações para a teoria da dependência*. Araraquara: UNESP, 2010 (Dissertação de Mestrado em Sociologia da UNESP).

REGO, José Marcio. Entrevista com Enzo Faletto. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 189–213, 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

SANTOS, Theotônio dos. Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso: nova etapa da polêmica sobre a teoria da dependência. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 17, p. 121–142, jul. 1996.

SMITH, Tony. The Logic of Dependency Theory Revisited. *International Organization*, v. 35, n. 4, p. 755–761, 1 out. 1981.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. [S.l.]: Jorge Zahar, 2001.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: INCAO, MARIA ANGELA D'; MARTINS, HERMINIO (Org.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 29–60.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. São Paulo: USP, 2007 (Tese de Doutorado em Teoria Econômica da USP).

TOLEDO, Roberto Pompeu. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WATANABE, Ernesto Salles. *Estado e capitalismo na tradição crítica do pensamento econômico brasileiro: de Caio Prado Jr. a teoria da dependência*. Niterói: UFF, 2010 (Dissertação de Mestrado em Economia da UFF).

WEBER, Max. *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Oakland: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

YOCELEVZKY, Ricardo A. Las contribuciones de Enzo Faletto al pensamiento latinoamericano. *Estudios Sociológicos*, p. 185–201, 2004.